

ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.

Contingentes e Ativos Contingentes" onde uma provisão deve ser constituída quando: (i) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; (iii) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. **2.15. Novas normas contábeis – novas e alterações/atualizações ocorridas:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência.** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. A companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados a Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes.** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da companhia, estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis. **3. Gestão de risco financeiro – 3.1. Fatores de risco financeiro:** A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **a) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **b) Riscos com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda, decorrente de inadimplência dessas contrapartes, superior ao valor já provisionado. **3.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento no consolidado em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Total de empréstimos (Nota Explicativa nº 10)	164.183	182.884
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(36.197)	(18.200)
Menos: Títulos e valores imobiliários (Nota Explicativa nº 7)	(11.708)	(14.300)
Dívida líquida	116.278	150.384
Total do patrimônio líquido	178.429	160.941
Total do capital	294.707	311.325
Índice de alavancagem financeira – %	39%	48%

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2021	2020	2021	2020

Ativos, conforme o balanço patrimonial

Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	4.641	459.36.197	18.200	
Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6)	-	-	18.648.21.876	
Outros créditos	-	-	1.882.478	
Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 7)	-	-	11.708.14.300	
Total	4.641	459.68.435.54.854		
Outros passivos financeiros				
Controladora				
Consolidado				
	2021	2020	2021	2020

Passivos, conforme o balanço patrimonial

Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	-	-	164.183	182.884
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota Explicativa nº 11) (i)	21	-	2.429	985
Total	21	-	166.612	183.869

(i) O valor de antecipação de clientes não compõe o saldo de instrumento financeiro, pois o mesmo será revertido em serviços de geração de energia, não movimentará caixa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Caixa e bancos	73	29
Aplicações financeiras (i)	4.568	430
Total	4.641	459
	2021	2020
	2021	2020

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados entre 75% e 90% em 2021 e em 2020 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Direitos a faturar (i)	-	-	12.485	11.308
Clientes nacionais (ii)	-	-	6.163	10.568
Outras duplicatas a receber	-	-	-	-
Total	-	-	18.648	21.876

(i) Diretos a faturar refere-se aos valores de geração de energia na qual não foram faturados contra a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica devido aos prazos contratuais, limite médio para faturamento é de 60 dias; (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer				
Vencido até três meses	-	-	156	4.672
Vencido acima de seis meses	-	-	6.007	5.896
Total	-	-	6.163	10.568

7. Títulos e valores mobiliários – Consolidado: Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 11.708 (R\$ 14.300 em 2020), remunerado em 99% do CDI em 2021 e 2020, refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota Explicativa nº 10), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais.

8. Investimentos – Controladora – Informações

	Quantidade de quotas ou ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido em 31 de dezembro		Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.	50.176.614	46.104.159	99,99	99,99	46.872	44.759	2.352	3.334
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.	31.007.643	31.007.643	99,99	99,99	39.398	35.691	4.861	3.148
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.	35.134.399	35.134.399	99,99	99,99	33.814	29.580	5.553	4.514
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.	39.136.688	39.136.688	99,99	99,99	53.639	49.416	5.535	4.006
Movimentação dos investimentos 2021								
Saldo no início do exercício								
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.					(239)			46.668
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.					(1.154)			39.395
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.					(1.319)			33.810
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.					(1.315)			53.631
Saldo em 31 de dezembro de 2021	159.431		(4.027)		18.300			173.704
Movimentação dos investimentos 2020								
Saldo no início do exercício								
ADS ER Eólica Vento Aragano I S.A.					-			44.755
ADS ER Eólica Corredor do Senandes 2 S.A.					(748)			35.688
ADS ER Eólica Corredor do Senandes III S.A.					(143)			29.576
ADS ER Eólica Corredor do Senandes VI S.A.					(952)			49.412
Saldo em 31 de dezembro de 2020	146.272		(1.843)		15.002			159.431

9. Imobilizado – consolidado

	Edificações e instalações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Imobilizado Em Andamento	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	303.701	88	714	-	228	304.731
Adição	63	39	605	-	228	935
Baixa	-	-	-	-	(42)	(42)
Depreciação	(16.937)	(14)	(139)	-	(107)	(17.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	286.827	113	1.180	-	307	288.427
Adição	585	567	139	372	187	1.850
Baixa	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(16.949)	(203)	(56)	-	(148)	(17.356)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	270.463	477	1.262	372	347	272.921
Em 31 de dezembro de 2021						
Custo	381.747	736	1.573	372	561	384.989
Depreciação acumulada	(111.284)	(259)	(311)	-	(214)	(112.068)
Saldo contábil, líquido	270.463	477	1.262	372	347	272.921
Taxas anuais de depreciação – %	4	10	10-20	-	10,20	

10. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado		Lucro líquido do exercício	2021	2020
	2021	2020	2021	2020			
Moeda nacional							
ADS ER Vento Aragano	-	-	45.668	50.871	(-) Constituição reserva legal	18.282	14.931
ADS ER Senandes II	-	-	33.418	37.225	(-) Constituição reserva legal	(914)	(747)
ADS ER Senandes III	-	-	42.360	47.186	Base de cálculo dos dividendos	17.368	14.184
ADS ER Senandes IV	-	-	42.737	47.602	Dividendo mínimo obrigatório (25%)	4.342	3.546
Total	-	-	164.183	182.884	Saldo inicial	3.546	-
Circulante	-	-	(19.250)	(19.250)	Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	4.342	3.546
Não circulante	-	-	144.933	163.634	Constituição de dividendos propostos	1.009	-
Em 04 de outubro de 2013, as controladas da Companhia firmaram contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 277.440, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche, no montante de R\$ 223.036, foi liberada no dia 29 de novembro de 2013 e a segunda tranche, no montante de R\$ 28.079 foi liberada em 27 de agosto de 2014. Em 23 de dezembro de 2015, o BNDES liberou a terceira tranche no montante de R\$ 20.737, a quarta tranche de R\$ 1.179 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quinta tranche R\$ 157 foi liberada em 27 de junho de 2018, a sexta tranche no montante de R\$ 345 foi liberada em 24 de maio de 2019. Houve cancelamento do saldo de R\$ 1.250 e alteração de R\$ 2.657 do saldo inicial das controladas, desta forma, não há mais valores a serem liberados nestes contratos. a) Movimentação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019							
Captações			-	-			
Encargos provisão de juros			13.827	-			
Atualização monetária			23	-			
(-) Juros pagos			(13.952)	-			
(-) Amortização do principal			(18.700)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2020			182.884				
Encargos provisão de juros			12.334	-			
(-) Juros pagos			(12.334)	-			
(-) Amortização do principal			(18.701)	-			
Saldo em 31 de dezembro de 2021			164.183				

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia e suas controladas. **c) Covenants:** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: (i) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações contábeis auditadas, no período de 12 meses; (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as cláusulas restritivas estavam sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas. **d) Prazo de vencimento:** O montante em longo prazo tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	19.250
2022	19.249	19.250
2024	19.249	19.250
2025 a 2030	106.435	105.884
Total	144.933	163.634

11. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Antecipação CCEE (i)	-	-	132	3.443
Outros	-	-	928	511
Total	-	-	1.060	3.954
Circulante	-	-	(934)	(3.763)
Não circulante	-	-	126	191

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 132 (R\$ 3.443 em 2020), refere-se aos adiantamentos recebidos da CCEE pelas controladas da Companhia pela comercialização de energia de LER, conforme contrato de energia de reserva.

12. Provisões para riscos – Os processos cíveis referem-se aos processos de indenização por desapropriação.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Riscos trabalhistas	-	-	137	128
Total	-	-	137	128

b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Em 1º de janeiro	-	-	128	116
Constituição/ reversão	-	-	9	12
Em 31 de dezembro	-	-	137	128

c) Perdas possíveis, não provisionadas: A Companhia possui processos trabalhistas com a probabilidade de perda possível no valor de R\$656 em 2021 (Em 2020 não havia processos com probabilidade de perda possível). **d) Depósitos judiciais:** A Controladora possui depósitos judiciais registrados no montante de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e R\$ 53 em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no consolidado.

13. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma (em reais):

	Capital social		Ações nominativas	
	2021	2020	2021	2020
ADS Energias Renováveis S.A.	152.989.901	152.989.901	153.218.936	153.200.436
Total	152.989.901	152.989.901	153.218.936	153.200.436

Apropriação do lucro: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. **Dividendos:** A distribuição de dividendo mínimo obrigatório é calculada no final do exercício, sendo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária que foram apurados como segue:

Maury